

## ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS DA PERSPECTIVA CRÍTICA SOB A ÓTICA DE DIFERENTES MODELOS PARADIGMÁTICOS

Nicole Cerci Mostagi, UEL, nicole\_cerci@hotmail.com

Eduardo de Faria Nogueira, UEL, eduardo\_f\_nogueira@hotmail.com

Pedro Paulo De Souza Conte, UEL, pedropsconte@gmail.com

### RESUMO

Abordagens paradigmáticas vêm ganhando destaque em estudos organizacionais. Destarte, este trabalho objetiva posicionar três correntes teóricas contemporâneas decorrentes do marxismo: a Teoria Crítica, os *Critical Management Studies (CMS)* e a Teoria do Processo de Trabalho (*LPT – Labor Process Theory*) dentro de duas diferentes propostas paradigmáticas, os modelos: de Burrell e Morgan (1979) e de Saccol (2009). Entende-se que esta proposta dará continuidade ao trabalho de Burrell e Morgan, como também, questionará sua aplicação na teoria das organizações contemporânea. Em termos metodológicos, o trabalho caracteriza-se por um ensaio teórico, por meio de uma pesquisa exploratória de investigação bibliográfica. Para tanto, o trabalho apresenta quatro etapas. Na primeira dedica-se a contextualizar brevemente as três correntes contemporâneas provenientes do marxismo. Na segunda, apresenta os modelos paradigmáticos propostos por Burrell e Morgan (1979) e Saccol (2009) para, na terceira etapa, demonstrar as relações intelectuais entre os as teorias decorrentes do marxismo e estas abordagens paradigmáticas, e por fim, as considerações finais com alguns posicionamentos críticos e sugestões de novas abordagens no que diz respeito à teoria das organizações.

**Palavras chave:** Paradigmas. Teoria Crítica. *Critical Management Studies (CMS)*. Teoria do Processo de Trabalho (*LPT*).

## 1 INTRODUÇÃO

Abordagens paradigmáticas cada vez mais vêm ganhando destaque em estudos organizacionais. Em termos de pesquisa organizacional, é essencial que se tenha coerência na escolha e defesa do paradigma que servirá de *background* para o estudo. Segundo Saccol (2009, p. 252) “um paradigma de pesquisa está relacionado a determinadas crenças e pressupostos que temos sobre a realidade, sobre como as coisas são (ontologia) e sobre a forma como acreditamos que o conhecimento humano é construído (epistemologia)”. Assim, para a autora, o paradigma consequente de tais crenças e pressupostos serve como guia para a escolha do melhor método de pesquisa a ser utilizado, ou seja, a estratégia mais coerente que irá nortear o estudo, bem como auxiliar na definição toda coleta e análise de dados a ser empregada pelo pesquisador.

No que se refere ao campo de estudos organizacionais, de acordo com a afirmação de Paes de Paula (2014), grandes discussões epistemológicas são frequentemente realizadas a partir do texto clássico de Burrell e Morgan: *Sociological Paradigms and Organisational Analysis* (1979). Nesta obra os autores apontam que o campo da teoria organizacional seria composto por uma série de dimensões epistemológicas e ontológicas de base, as quais formariam algumas posições metateóricas a priori no desenvolvimento científico em análise organizacional (CALDAS, 2005).

Burrell e Morgan (1979) propõem um modelo analítico de categorização dos campos paradigmáticos, classificando diversas escolas de pensamentos em teoria social e organizacional sobrepondo-as em dois eixos: um baseado em conjuntos de pressupostos metateóricos de natureza da ciência social, e outro a partir de pressupostos metateóricos acerca da natureza social. Para tanto, evidenciam duas perspectivas sociais opostas: a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical; que são transpassadas pelas dimensões opostas entre: a objetividade e subjetividade, resultando em um diagrama analítico contendo quatro grandes categorias paradigmáticas, a saber: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical (BURRELL; MORGAN, 1979).

Desde o final da década de 1970, quando Burrell e Morgan publicaram sua proposta de divisão paradigmática, o campo da teoria das organizações evoluiu, dando origem, inclusive, a novas divisões paradigmáticas, como por exemplo, a abordagem paradigmática de Sacool (2009) que será mais bem detalhada durante o trabalho, esta abordagem busca explicar as bases paradigmáticas das pesquisas organizacionais, apresentando uma divisão ontológica

interessante, que contempla três esferas: a ontologia realista, a ontologia idealista e a ontologia de interação entre o sujeito e objeto. Da mesma forma, abordagens críticas como a Teoria Crítica, os *Critical Management Studies* (CMS) e a Teoria do Processo de Trabalho (*LPT – Labor Process Theory*), também se desenvolveram interessantemente após o final da década de 1970 (ALVESSON; DEETZ, 2007).

Este artigo, destarte, tem por objetivo posicionar a Teoria Crítica, os *CMS* e a *LPT* dentro das propostas paradigmáticas do modelo de Burrell e Morgan (1979) e de Saccol (2009). Entende-se que esta proposta dará continuidade ao trabalho de Burrell e Morgan, e, ao mesmo tempo, questionará sua aplicação na teoria das organizações contemporânea.

## 2 METODOLOGIA

No que se refere ao método empregado no artigo, foi realizada uma pesquisa exploratória e utilizada como técnica de investigação a pesquisa bibliográfica. Justifica-se a abordagem exploratória, já que o objetivo central do trabalho parte de uma problematização ampla, que é posicionar a Teoria Crítica, os *CMS* e a *LPT* dentro de diferentes propostas paradigmáticas, os modelos de Burrell e Morgan (1979) e de Saccol (2009). Segundo Cervo et al. (2007, p. 63-64), pesquisa exploratória “[...] realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes” e a recomenda “[...] quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado”. Portanto, um aperfeiçoamento do assunto da pesquisa, buscando-se aumentar a quantidade de informações sobre o tema. A pesquisa bibliográfica é utilizada como uma técnica de investigação em pesquisas exploratórias, que é desenvolvida por meio de materiais já elaborados, principalmente de livros e artigos científicos, com o intuito de conhecer as contribuições científicas que se realizaram sobre certo assunto (GIL, 2009). Assim, esse trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos da administração, principalmente da área de estudos organizacionais com o intuito de atender o objetivo proposto.

Para tanto, a partir deste tópico metodológico o trabalho apresenta quatro etapas. Sendo a primeira dedicando-se a contextualizar brevemente três correntes contemporâneas provenientes do marxismo: a Teoria Crítica, os *CMS* e a *LPT*. A segunda, apresentando os modelos paradigmáticos propostos por Burrell e Morgan (1979) e Sacool (2009); a Terceira etapa, demonstrando as relações intelectuais entre os as teorias decorrentes do marxismo e as abordagens paradigmáticas Burrell e Morgan (1979) e Sacool (2009) e por fim, as considerações finais com alguns posicionamentos críticos e sugestões de novas abordagens no

que diz respeito à teoria das organizações.

### **3 CORRENTES CONTEMPORÂNEAS DO MARXISMO**

#### **3.1 Teoria Crítica**

Conforme sugerem Burrell e Morgan (1979) a Teoria Crítica é um ramo da filosofia social que busca operar de maneira simultânea nos níveis filosóficos, teórico e prático. Os teóricos críticos buscam revelar a sociedade pelo que ela é, a fim de desmascarar sua essência, apontando contradições e lançando fundamentos para uma emancipação humana através de uma mudança radical das relações sociais.

A Teoria Crítica procura entender as relações sociais nos grupos e organizações, sua principal característica é ser questionadora da realidade existente, para modificá-la em nome do desenvolvimento coletivo, ou seja, pretende dar lugar ao coletivo, ao invés do individual (FARIA, 2007). Baseia-se em seis categorias analíticas gerais, a saber: contradições; ideologia dominante; racionalidades dominantes; contexto social histórico; emancipação e conscientização individual e coletiva (FARIA, 2007). Para entender as contradições sociais, a Teoria Crítica busca identificá-las nas ações dos sujeitos individuais e coletivos em processos e relações sócio-históricas, já que seu objetivo efetivo envolve os questionamentos da estrutura social histórica vigente. Nesse sentido, os teóricos críticos almejam a emancipação dos indivíduos e promovem a conscientização crescente da necessidade de uma sociedade em que o coletivo sobressaia-se sobre o individual, e que os indivíduos constituam sujeitos da sua própria história, escrevendo-a de forma coletiva (FARIA, 2007).

Como expressão, a Teoria Crítica, “tal como é conhecida hoje, surgiu pela primeira vez como conceito em um texto de Max Horkheimer (1895-1973) de nome ‘Teoria Tradicional e Teoria Crítica’, de 1937” (NOBRE, 2004, p. 12). O significado do termo é uma concepção filosófica autoconsciente e reflexiva da “crítica dialética da economia política”, noção chave que constituía o círculo de estudos liderados por Horkheimer (THERBORN, 1996).

Originada na escola de Frankfurt, a Teoria Crítica é uma escola de pensamento derivada do marxismo, com um arcabouço conceitual definido e linhas de investigações próprias. Seus teóricos encampam novos modos de interpretação da realidade e incluíram novos elementos nas análises marxistas, recusando o pragmatismo como finalidade e os métodos objetivistas como os únicos de caráter científico. Tendo as premissas de Karl Marx

como ponto referencial, porém não se limitando a isso, abordando novas perspectivas para além da análise de luta de classes de Marx, os estudos da Teoria Crítica têm como referência o marxismo e seu método – o modelo da “crítica da economia política” (NOBRE, 2004).

Conforme aponta Faria (2009) a teoria crítica frankfurtiana, integrante da corrente conhecida como marxismo ocidental, possui amplo alcance social. Para o autor, a teoria crítica frankfurtiana é constituída por três gerações de teóricos, sendo a primeira, com maior proximidade ao marxismo pleno, formada por Pollock, Bloch, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Fromm, entre outros; a segunda geração, precedida por Habermas, que se afasta das premissas centrais do marxismo ortodoxo; e a terceira, liderada por Honneth, que em sua obra trabalha com o estudo da luta pelo reconhecimento na perspectiva crítica resgatando premissas de Hegel e com algumas abordagens decorrentes do trabalho de Habermas (FARIA, 2009).

A Teoria Crítica, em sua primeira geração, considerava alguns fatores para além da abordagem central de Marx acerca da luta de classes. Os teóricos de Frankfurt entendiam que fatores tais como a cultura e a filosofia política eram aspectos extremamente influentes nas mudanças sociais. Os pensadores frankfurteanos visualizavam a evolução social com base na premissa do homem como ser social em constante mudança. O indivíduo, para eles, era tido como um ser racional que poderia transformar seu meio.

A segunda geração da teoria crítica frankfurteana, liderada por Habermas (um contraponto a Horkheimer e Adorno), prossegue com parte da crítica da economia marxista, no entanto com novas abordagens sobre o capitalismo. Na década de 1960, Habermas propõe um novo terreno teórico, buscando uma racionalidade comunicativa, livre de dominação e apresenta um novo conceito de racionalidade com dupla característica: instrumental e comunicativa (FARIA, 2009). Habermas busca “resgatar o espírito do racionalismo iluminista para o modernismo recente. Novamente, o discurso é o objeto de análise. Para Habermas, a linguagem é o meio da razão” (COOPER; BURREL, 2007, p. 318).

A Teoria Crítica de Habermas retorna a ideia de materialismo interdisciplinar proposta por Horkheimer na década de 1930, pois diversas linhas de pesquisa podem se encaixar em seu quebra-cabeça. O modelo proposto por Habermas pretende aplicar o conceito de razão, atentando para as diferenciações sociais e identificando formas de patologias sociais (REPA, 2011).

E a terceira geração é liderada por Honneth, que retoma a filosofia hegeliana, por meio da teoria do reconhecimento que afirma que,

[...] a relação constitutiva entre identidade pessoal e a práxis cultural e as instituições é entendida não como relação instrumental ou relação de dependência orgânica, substantiva, do indivíduo com a comunidade, mas como relação reflexiva de reconhecimento recíproco. O reconhecimento permite uma reconciliação, sempre passível de revisão, quando for o caso, entre diferença e identidade (WERLE, 2004, p.52).

A teoria do reconhecimento pensa os conflitos sociais como buscas interativas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades. Nesse sentido, compreende a identidade como possibilidade de auto-realização.

A Teoria Crítica ainda é extremamente minoritária entre as teorias organizacionais. Em “um estudo apresentado no II ENEO (Encontro Nacional de Estudos Organizacionais), em 2002, Rafael Alcadipani, sugere que os trabalhos referentes aos estudos críticos representam cerca de 2% do total publicado no Brasil nos últimos dez anos” (FARIA, 2007, p. 02). No entanto, o conceito de estudos críticos ainda se confunde muitas vezes com concepções pós-modernas, embora estas duas correntes não estejam diretamente relacionadas (FARIA, 2007).

Nota-se que, embora os estudos críticos venham ganhando espaço no campo, ainda possuem um número ínfimo de publicações, se comparados com abordagens de cunho positivista-funcionalista com estudo predominantemente voltado para *bussiness* puro. Conforme já observavam Burrell e Morgan (1979) à abordagem positivista-funcionalista, por sua vez, tem provido um quadro dominante na condução da sociologia acadêmica e no estudo das organizações. As abordagens críticas, conforme observa Faria (2007), já são muito mais presentes e vem apresentando uma importante evolução ao longo das últimas décadas, embora ainda o *bussiness* ou *management* tenham lugar hegemônico no campo da administração.

Cabe destacar que as perspectivas críticas trazem em seu núcleo o aspecto multidisciplinar, pois sofrem a influência de áreas como: sociologia, filosofia, linguística, antropologia, psicologia, por exemplo. Estas disciplinas proporcionaram uma valorização em termos de amplitude de conhecimento no campo de estudos organizacionais, em particular estudos em administração. Portanto, segundo o mesmo autor devemos falar de uma proposta crítica multidisciplinar da Teoria Crítica e da Economia Política do Poder.

Nesse sentido, com base nessa luta por reconhecimento, a Teoria Crítica tem proposto que “os estudos atuais sobre a vida nas organizações vem sugerir que é preciso investigar mais do que as racionalidades instrumentais” (FARIA, 2007, p. 03). A análise das organizações, ainda conforme sugere o autor, necessita desvendar o mundo do poder e as formas de controle que o mesmo impetra para se sentir autorizada a compreender essas

organizações e suas finalidades. Segundo sugere Faria (2007), nesse contexto, a Teoria Crítica indica que a compreensão da vida nas organizações e sua dinâmica exigem um esquema teórico-metodológico dialético. Sob uma perspectiva crítica,

As organizações são, de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos que as constituíram e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a elas vinculados e os objetivos para os quais foram criadas. As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e subjetivas, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias (FARIA, 2007, p. 03)

Com base nessa definição de organização, a Teoria Crítica estabelece que sua compreensão deva ser encarada de forma dialética para que assim possa melhor entender toda a complexidade que envolve a dinâmica organizacional. A Teoria Crítica busca esclarecer em que medida as instâncias obscuras, que se operam nos bastidores organizacionais, manifestas inclusive e especialmente as referentes ao regramento e as estruturas, dão conteúdo às configurações do poder enquanto construções sociais históricas, dinâmicas e contraditórias (FARIA, 2007). Com isso, a Teoria Crítica pretende “denunciar a repressão e o controle social a partir da constatação de que uma sociedade sem exploração é a única alternativa para que se estabeleçam os fundamentos da justiça, da liberdade e da democracia” (FARIA, 2007, p. 5). Deste modo, tentam entender como as organizações definem seus mecanismos de poder e controle, mascarando o que não pode ser dito e criando um universo de racionalidades e subjetividades.

No Brasil, “a introdução da teoria nos estudos organizacionais foi magistralmente realizada por Maurício Tragtenberg no início dos anos 1970” (FARIA, 2007, p. 11), e a produção acadêmica brasileira que mais se identifica com a Teoria Crítica na tradição da Escola de Frankfurt é a realizada pelo próprio Tragtenberg (FARIA, 2009).

A partir da década de 1990, os estudos críticos em administração começaram a ganhar espaço no campo dos estudos organizacionais. Tais estudos, voltados para a emancipação e a criação de sociedade e lugares livres da dominação, além de oferecerem insumos para uma maior reflexividade na análise das organizações. No caso brasileiro é possível constatar que estudos com o mesmo teor vêm sendo realizados há tempos por autores como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta (PAES DE PAULA, 2008).

Como a direção dada por Tragtenberg aos estudos na área das organizações, fixou-se nos referenciais weberianos, marxistas e anarquistas e não teve inspiração em Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm ou em Habermas, pode-se dizer que Tragtenberg traçou uma linha própria de pensamento e que a proximidade com a Teoria Crítica não fez dele um intelectual frankfurtiano, mas um estudioso da burocracia, do poder e da dominação, em suas diversas formas de manifestação, pela via do marxismo-anarquismo (FARIA, 2009).

Atualmente, no Brasil, os pesquisadores ligados à Teoria Crítica propriamente dita, à teoria crítica em estudos organizacionais e às análises críticas em estudos organizacionais já formam um grupo bem mais consistente do que o que havia nas décadas de 1970 e 1980, quando Tragtenberg dá impulso a essa área (PAES DE PAULA, 2008).

### **3.2 Critical Management Studies**

O termo “Estudos Críticos de Gestão” (*Critical Management Studies – CMS*) representa um grupo heterodoxo de pesquisadores com uma forte característica em comum, trata-se de uma "grande tenda" que acomoda diversas formas de análise e permitem diversos debates internos e compromissos externos comuns. (ADLER, FORBES E WILLMOTT, 2007). Os membros desta corrente, embora divergentes quanto às alternativas para os problemas descritos por ela, questionam a sustentabilidade social e ambiental dos formatos atuais mais comuns de organização. Para o *CMS*, as formas atuais de organização dominantes – a burocracia, principalmente – não são as únicas propostas viáveis para o nosso sistema. Este panorama “não é necessário, nem inevitável” (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007, p. 3).

Parte deste ponto a maior parte das críticas do *CMS* ao modelo funcionalista-positivista. Sendo que o problema é sistêmico e a abordagem dos funcionalistas isenta administradores e pesquisadores de quaisquer responsabilidades morais. Assim, também abordam as relações industriais, estratégia, contabilidade, sistemas de informação de pesquisa, negócios internacionais, entre outras. Em todo este campo, o uso do termo crítico significa crítica radical, que sinaliza uma atenção aos padrões e estruturas mais amplas socialmente divisionistas e ecologicamente destrutivas, como o capitalismo e o neoimperialismo (ADLER; FORBES e WILLMOTT, 2007).

Percebe-se que os adeptos dos *CMS* são motivados pela preocupação com o papel da gestão na legitimação de sofrimentos e destruição que não são necessárias, dando ênfase nos aspectos do trabalho e do consumo, assim sendo, grande parte deste sofrimento é reparável.

Destarte está “aberto” para dialogar com outras correntes de pensamentos e paradigmas para tentar entender as complexidades da sociedade contemporâneas.

Esta “abertura ao diálogo” é fonte de muitas críticas por parte dos teóricos críticos mais ortodoxos, que entendem que os *CMS* não respeitam os fundamentos ontológicos e epistemológicos do marxismo. Assim, estes críticos dizem que,

por mais que seus proponentes insistam em referenciar reflexões marxistas, não tem qualquer semelhança ou proximidade com a teoria crítica (...). Trata-se, apenas, de uma linha de usuários eventuais de conceitos marxistas, aos quais faltam metodologia, epistemologia, teoria e ontologia marxistas” (FARIA, 2009, p. 510).

O *CMS* conseguem ser articular e dialogar com todos os paradigmas da matriz apresentado por Burrell e Morgan. Os estudiosos de novos movimentos sociais, notadamente o feminismo e o ambientalismo, enriqueceram consideravelmente a compreensão de formas de ordem e dimensões de mudança dentro dos *CMS*, pois no capitalismo atual, a forma em que obriga as organizações à concorrência no mercado para tratar funcionários e meio ambiente simplesmente como meio diretriz o fim da maximização do lucro (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007).

Qualquer tentativa de associar o marxismo às teorias organizacionais seria contraditória. Afinal a teoria organizacional é uma forma de discurso e, portanto, de dominação. Por isso, o ensaio de uma teoria marxista das organizações (como é, de fato, o caso dos *CMS*) tende a flexibilizar as teorias marxistas que lhes inspiraram de início.

Os *CMS* tem um viés prático e pragmático muito forte. A proposta de seus praticantes é denunciar os conflitos do modelo econômico atual, buscando melhoras ainda que as estruturas de dominação sejam mantidas. Estes teóricos não concordam necessariamente entre si, em todos os aspectos. Contudo, seus métodos de análise mais flexíveis têm servido para o progresso do campo das teorias organizacionais (MARENS, 2009). Ao invés de se manterem a margem da teoria das organizações, os *CMS* buscam forma de interagir com ela.

Empiricamente, estas teorias fornecem uma maneira surpreendentemente intuitiva de apreender as contradições cotidianas da empresa capitalista. Teoricamente, permitem caracterizar as limitações fundamentais do capitalismo.

### **3.3 Teoria do Processo de Trabalho (LPT)**

A Teoria do Processo de Trabalho (*LPT*) deriva da obra *Labor and Monopoly Capital*, escrita por Braverman em 1974. Na época, a esquerda dos Estados Unidos dedicava sua atenção, principalmente, aos movimentos pacifistas ou de igualdade de raça e gênero. Naquele momento, a esquerda deixava o proletariado em segundo plano (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001), enquanto depositava suas esperanças sobre os estudantes e intelectuais. Neste cenário, a revolução da classe trabalhadora prevista por Marx era vista como uma nostalgia cada vez mais sem sentido.

Marx afirmava que com o aumento da concorrência, o lucro diminuiria gradativamente e isto, em consequência, levaria a sociedade a uma crise inescapável. Devido aos grandes avanços de produtividade, esta tese passou a ser questionada naquela época. Em outras palavras, os marxistas de então entenderam que “as crises não eram mais vistas como inevitáveis” (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001, p. 343). Foi um dos primeiros movimentos históricos que poderia ser classificado como “marxiano”, ou seja, como uma flexibilização do marxismo.

Neste contexto, a crítica marxista passa a enfatizar não mais a iminência de uma crise, mas as ações que as grandes corporações tomam para evitar que as crises aconteçam. Ao invés de questionar o sistema em si, a esquerda aceita o sistema, mas denuncia algumas de suas peculiaridades. Trata-se de algo impensável para Marx, mas bastante próximo de algumas correntes do CMS contemporâneo.

O capitalismo, para Marx, é um sistema de produção que transforma o trabalho em *commodity* e obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho. Para ele “uma *commodity* é um produto (bem ou serviço) produzido para venda ao invés do uso, uma unidade contraditória entre valor de troca e valor de uso” (ADLER, 2009, p. 65). Através de negação do acesso da classe trabalhadora aos meios de produção e consumo, os trabalhadores são alienados do processo de produção – participando dele apenas como fontes de trabalho.

Braverman retoma esta versão mais ortodoxa do Marxismo. De acordo com suas teses, “o valor não é uma condição natural da mercadoria, mas, sim, uma relação social que se materializa nelas (...) o ato de trabalhar é sempre dispêndio produtivo de cérebro, músculos e nervos humanos, sendo, portanto, capacidade intrínseca ao homem” (PREVITALI; FAGIANI, 2014, p. 757).

As relações de trabalho capitalistas eliminam este caráter concreto e material do trabalho. A transformação do trabalho em valor ou *commodity*, decorrente de uma busca por produtividade cada vez maior, separa o trabalhador dos meios de trabalho. Assim, a tecnologia e a ciência tornam-se ferramentas que potencializam estes processos: quanto maior

a tecnologia empregada, mais distantes os trabalhadores estão dos meios de trabalho e maior a exploração a que estão submetidos (ADLER, 2009; PREVITALI e FAGIANI, 2014).

Para Braverman, o capitalismo do pós-guerra incrementa a necessidade pela especialização do trabalho. Ele indica que a tecnologia e as grandes corporações distanciaram ainda mais a concepção do trabalho de sua execução e que isto levou a uma intensa desqualificação e especialização do trabalho (RAMALHO, 1991).

Assim, os gerentes passam a ter um papel fundamental no estabelecimento e manutenção das relações trabalhistas. O gerente busca assegurar o controle, primeiro determinando as tarefas individuais e, depois, por meio da direção de todo o dia de trabalho para a certeza de que as tarefas serão cumpridas. Torna-se fundamental que a qualificação do trabalhador seja aquela requerida pelo capitalista, é indesejável, portanto, o conhecimento generalizado sobre o processo produtivo (PREVITALI; FAGIANI, 2014, p. 759).

Dissociar a concepção do trabalho de sua execução é, para Braverman, o meio de impedir o controle do processo de trabalho pelo proletariado. Para ele, propostas como o Taylorismo ou o Fordismo fazem com que o trabalhador perca a capacidade de decisão, pois aumentam a especialização e reforçam a hierarquia das organizações. O trabalho se transforma em algo cujo significado é cada vez menor para os seus executores (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001).

#### **4 MODELOS PARADIGMÁTICOS**

Dentre as três teorias apresentadas serão enquadrados dentro de duas perspectivas de modelos paradigmáticos, um proposto por Burrell e Morgan (1979) e o modelo de Saccol (2009).

Burrell e Morgan (1979) enquadram dentro de uma matriz, as escolas de pensamentos em análise organizacional e a teoria social em quatro grandes categorias de paradigmas, que são baseados em conjuntos metateóricos de suposições da natureza tanto da ciência social, quanto da sociedade, e que utilizam as metáforas como instrumentos de construção do conhecimento. Os quatro grandes paradigmas são: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical. Estes paradigmas estão distribuídos em dois eixos: subjetivo/objetivo e regulação/mudança radical. Em ambas as dimensões, as linhas divisórias são um pouco turvas e dinâmicas (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007).

De acordo com Burrell e Morgan (1979), o paradigma funcionalista se localiza no sentido ontológico na dimensão objetivista, onde predomina o realismo (concepção em que o

mundo existe independente da avaliação dos indivíduos e que esses são condicionados pelo contexto externo). Mesmo os pesquisadores e cientistas que alegam estar isentos de valores estão envolvidos com alguns valores que ampararão na explicação de uma visão parcial da realidade. Ainda conforme os autores, no sentido epistemológico, o funcionalismo está a dimensão positivista, no qual o mundo social é explicado por meio das relações causais e da regularidade que só podem ser verificadas empiricamente. Em relação à natureza humana, esta é vista por meio do determinismo (o indivíduo é controlado e condicionado pelo meio, produto do ambiente), e quanto à metodologia a visão é nomotético (testa hipóteses para compreender as relações de causa e efeito, dando muita proeminência ao rigor e aos conceitos) (BURRELL e MORGAN, 1979).

O paradigma interpretativista, na visão dos autores, busca entender e explicar o mundo social que é visto como um processo social contínuo, onde os atores sociais são diretamente envolvidos no fenômeno, onde o processo social é criado pelos indivíduos envolvidos no processo. A realidade social existe dentro da consciência dos indivíduos, e seus valores são compartilhados intersubjetivamente, ou seja, tentam entender a experiência subjetiva dos indivíduos. De tal modo, esse paradigma consolida-se nas ciências culturais, pois procura entender os sentidos humanos e como esses são expressos em ações. Os processos sociais são construídos por meio de uma imergência no mundo social onde são gerados (BURRELL e MORGAN, 1979). Esse paradigma encontra-se na posição subjetiva e da sociologia da regulação, pois, tem como pressuposto que o mundo social é coeso, ordenado e integrado. Ontologicamente, baseia-se no nominalismo, em termos epistemológicos é anti-positivista, é voluntarista quanto à dimensão de natureza humana e favorece uma abordagem ideográfica em termos metodológicos (BURRELL e MORGAN, 1979).

O paradigma do humanista radical onde localiza-se a Teoria Crítica, desenvolve a sociologia da mudança radical, de forma subjetiva, entende o mundo social na perspectiva nominalista, anti-positivista, voluntarista e ideográfica, pois enfatizam a importância de destruir ou de transcender as limitações dos arranjos sociais existentes, nesse sentido, a consciência do homem é dominada pelas superestruturas ideológicas, então fazem uma crítica ao *status quo*. (BURRELL e MORGAN, 1979).

O paradigma estruturalismo radical, por fim, está enraizado na sociologia da mudança radical, e adota uma visão de mundo objetivista. Este paradigma baseia-se em uma crítica radical da sociedade no que diz respeito às condições estruturais em um contexto realista do mundo social, o estruturalismo radical, compromete-se com aspectos tais como: emancipação, mudança radical e potencialidade, com o foco no conflito estrutural e contraditório, dessa

forma, seus pressupostos, conforme os funcionalistas, parte também de aspectos realistas, positivistas, deterministas e nomotéticos (BURRELL e MORGAN, 1979).

Outro modelo paradigmático é o proposto por Saccol (2009), que buscou desenvolver a análise ontológica proposta por Burrell e Morgan (1979). De acordo com essa perspectiva, um paradigma de pesquisa está relacionado à visão que temos da realidade, tanto sobre como as coisas são (ontologia) quanto como o conhecimento humano é construído (epistemologia) (SACCOL, 2009). É destas crenças que resultam os paradigmas que devem guiar nossas teorias e, portanto, as pesquisas dentro do campo das organizações. No intento de explicar as bases paradigmáticas das pesquisas organizacionais, Saccol (2009) apresenta uma divisão ontológica rica, que contempla três esferas, a saber: a ontologia realista, a ontologia idealista e a ontologia de interação entre o sujeito e objeto.

Destarte a ontologia realista pressupõe que existe “um mundo lá fora”, ou seja, que a realidade não depende das nossas construções (da percepção que temos da realidade). Trata-se de uma visão decorrente da proposta de realidade do filósofo grego Parmênides (CHIA, 2011), que deu base para o surgimento do positivismo e, posteriormente, para o funcionalismo. A ontologia realista se aplica fortemente às ciências naturais e, ao ser aplicado às ciências sociais, busca as regras e leis que regem as relações sociais existentes.

Já a ontologia idealista ou subjetivista entende que o mundo só pode existir na medida em que é percebido por um observador. Ela está relacionada à existência de um ser pensante, cujos pensamentos são a realidade primária a partir da qual o mundo exterior é concebido (SACCOL, 2009). “Essa ontologia embasa fortemente o conhecimento artístico, pois a arte é criada a partir das percepções individuais (subjetivas) do artista” (SACCOL, 2009, p.253). Esta visão se relaciona diretamente com a proposta de Heráclito que, em oposição a “ontologia do *ser*” de Parmênides, propõe uma “ontologia do *tornar-se*” (CHIA, 2011).

Uma terceira proposta apresentada por Saccol (2009) como um intermédio entre as duas ontologias, é a ontologia da interação sujeito-objeto considera que a realidade social é produto é produto do compartilhamento de significados entre as pessoas. Dessa forma, a realidade não é considerada nem algo totalmente externo aos indivíduos, nem algo inteiramente construído por eles. “A realidade é percebida e “criada” numa instância coletiva – as percepções do mundo que compartilhamos em sociedade –, portanto, a realidade é intersubjetiva” (SACCOL, 2009, p.253), isto significa que, os significados criados e compartilhados coletivamente pressupõe que essa construção ocorra através dos processos de interação social e da intersubjetividade.

## 5 MARXISMO CONTEMPORÂNEO E DOS MODELOS PARADIGMÁTICOS

Dentre o que foi apresentado sobre as três propostas contemporâneas de teorias marxistas, bem como as duas propostas de modelos paradigmáticos, pretende-se neste tópico, relacionar estas duas frentes, ou seja, estabelecer as conexões das teorias marxistas com as abordagens paradigmáticas.

A teoria crítica era uma escola relevante quando Burrell e Morgan escreveram o seminal trabalho de 1979. Eles enquadraram esta corrente no paradigma humanista radical, ou seja, em um paradigma de base subjetivista, ainda que Marx fosse extremamente materialista. Como nos primeiros estudos marxistas da organização o foco principal está nos aspectos de conflito, nas relações de emprego, ramificações para a estrutura e o funcionamento das organizações a dimensão radical é escolhida pelos autores para complementar o eixo subjetivista. A ênfase no subjetivismo fica cada vez mais clara conforme a escola de Frankfurt vai se desenvolvendo, como podemos ver, por exemplo, nos textos de Habermas (NOBRE, 2004).

Já a *LPT* de Braverman, por conta da sua ortodoxia, mantém uma ênfase na visão objetivista de mundo. Para Braverman, “as teorias das organizações não apenas descrevem e legitimam o processo do trabalho dentro do capitalismo avançado; através de suas intervenções, elas ativamente e de forma concreta garantem a sua sobrevivência” (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 382). Os autores classificam esta corrente dentro do paradigma estruturalista radical.

Mais recentes, os *CMS* não foram abordados por Burrell e Morgan em seus trabalhos. Como descrito anteriormente, esta corrente se caracteriza por permitir uma flexibilização das teorias marxistas. Os teóricos dos estudos críticos organizacionais se diferenciam, inclusive por um intercâmbio com as teorias funcionalistas.

De acordo com a descrição de Faria (2009), os *CMS* poderiam ser enquadrados também no funcionalismo. Já a proposta apresentada por Adler (2009) aponta uma dimensão mais subjetiva para esta corrente. Como esta é uma corrente bastante heterogênea, podemos classificá-la tanto como objetivista quanto como subjetivista. Fica claro, no entanto, que sua perspectiva está mais próxima do que Burrell e Morgan descrevem como sociologia da regulação (1979). Assim, os *CMS* não poderiam ser classificados como parte dos paradigmas estruturalista radical ou humanista radical, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Posicionamento das teorias marxistas de acordo com Burrell e Morgan

Corrente Marxista	Paradigma (Burrell e Morgan, 1979)
Teoria Crítica	Humanismo Radical
Teoria do Processo de Trabalho ( <i>LPT</i> )	Estruturalismo Radical
<i>Critical Management Studies (CMS)</i>	Interpretativismo / Funcionalismo

Fonte: Elaborado pelos autores com base em BURRELL e MORGAN (1979)

Do ponto de vista das ontologias descritas por Saccol (2009), esta divisão fica um bem menos aparente. Tanto a teoria crítica, quanto a *LPT* e os *CMS* partem de uma ontologia de interação sujeito-objeto. Para estes três campos, a realidade social é uma construção social ao mesmo tempo em que depende das características materiais do mundo em que estamos vivendo (ADLER, 2009; COOPER; BURRELL, 2006).

Segundo Saccol (2009), a ontologia de interação sujeito-objeto é base para o paradigma interpretativista. Como podemos ver, no entanto, esta afirmação não apresenta coerência na prática. Entende-se, neste estudo, que, como a autora não aborda os paradigmas radicais de Burrell e Morgan, ela acabou por não mencionar esta informação.

De acordo com a ontologia de interação sujeito-objeto, o pesquisador nunca se encontra em uma posição neutra. Seus valores e sua história de vida interferem na modelagem de suas investigações. Ele “não busca eliminar o que os positivistas chamam de “vieses”, mas, sim, assume que tais pressuposições e crenças dos pesquisadores estão presentes e sugere torná-las o mais evidente possível” (SACCOL, 2009, p. 263).

Trata-se de uma visão extremamente semelhante ao que Adler (2009) identifica como uma das características do marxismo. Para ele, “como nenhuma ciência pode ser neutra de fato, a aspiração à neutralidade de valor pode facilmente ocultar propostas implícitas de valor” (ADLER, 2009, p. 83). Assim, os marxistas acreditam ser mais produtivo tomar um partido em favor da emancipação dos oprimidos para, a partir deste ponto de vista, desenvolverem pesquisas metodologicamente rigorosas. Ou seja, a pesquisa marxista parte de um viés (a defesa do explorado), mas baseia-se em métodos severos de análise.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que há dificuldades em integrar os diversos paradigmas contemporâneos, a tentativa de reintegrar o campo dos estudos organizacionais é altamente

recomendada e relevante. Afinal, as teorias organizacionais possuem muitas divergências entre si. Estamos em um campo teórico extremamente fragmentado e historicamente contestado (REED, 2007). Para dar conta da unificação e amadurecimento das ideias neste panorama fragmentado, torna-se imperativa uma análise ontológica e epistemológica das teorias vigentes. Conforme explica Saccol,

É essencial que haja reflexão sobre o a visão de mundo e de construção do conhecimento que embasa uma pesquisa, pois só assim será possível avaliar a qualidade, a consistência e a coerência da estratégia, do processo de pesquisa e da análise dos seus resultados. Isso implica compreender e tornar clara a ontologia, a epistemologia e, conseqüentemente, o paradigma de pesquisa que fundamentam o método de pesquisa utilizado (SACOLL, 2009, p. 251).

Na nossa sociedade, o paradigma dominante (funcionalismo) não tem sido capaz de entender e responder a mudanças sociais, contradições estruturais e conflitos decorrentes do nosso modelo atual de sociedade (TSOUKAS; KNUDSEN, 2011). Daí a importância em se buscar novas análises, novos paradigmas e novas formas de se ver o mundo.

O marxismo é uma das maiores correntes teóricas e políticas da modernidade. “Como uma perspectiva cognitiva distintiva no mundo moderno, é superado em importância social – em termos de número de adeptos – somente pelas grandes religiões do mundo” (THERBORN, 1996, p. 73). E tanto a Teoria Crítica, quanto os *CMS* e a *LPT* têm forte influência de Marx. As três correntes se encontram ao lado da denúncia, da busca de uma sociedade mais justa através da superação dos paradoxos do capitalismo.

Dedicar-se a esta proposta de contestação e denúncia, como fazem os críticos, denota uma visão de mundo que assume que os padrões existentes não são naturais, nem tampouco eternos (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007, p. 9). Esta estrutura atual é apenas a forma mais recente, em uma sequência histórica. E, a partir dela, novas propostas de sociedade surgirão.

Burrell e Morgan (1979) prestaram um serviço importante à teoria das organizações, pois ajudaram a estabelecer as bases de um conhecimento disperso. No entanto, sua obra (como todas as tentativas de classificação) tem limitações temporais. Uma vez que o campo teórico é dinâmico, novas teorias surgem após uma tentativa de categorização – e estas categorias se tornam, em consequência, obsoletas.

Cabe aos pesquisadores subsequentes tentar aprimorar ou contrapor as teorias estabelecidas. Foi o que fizeram Saccol (2009) e também os marxistas contemporâneos,

representados neste artigo pelas três correntes descritas.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, P. S. Marx and organization studies today. In.: \_\_\_\_\_. **The Oxford handbook of sociology and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, p. 62-91, 2009.
- ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical management studies. **The Academy of management Annals**, v.1, n.1, p.119-179, 2007
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Hants: Ashgate, 1979.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007
- CHIA, R. Organization theory as a postmodern science. In.: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs). **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2011, 113-142.
- COOPER, R., BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BETERO, C. O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p.312-335.
- COOPER, R.; BURRELL, G.. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 87-101, 2006.
- FARIA, J. H.. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo. Atlas, 2007. Capítulo: Os fundamentos da Teoria Crítica: Uma Introdução.
- FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.
- HASSARD, J. ; HOGAN, J.; ROWLINSON, M.. From labor process theory to critical management studies. **Administrative Theory & Praxis**, p. 339-362, 2001.
- MARENS, R. It's not just for communists any more: Marxian political economy and organizational theory. In.: ADLER, P. S. **The Oxford handbook of sociology and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 92-118.
- NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PAES DE PAULA, A. Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. **RAP**, v. 42, n. 5, p. 949-968, 2008
- PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C.. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE**. BR, v. 12, n. 4, p. 756-769, 2014.
- RAMALHO, José Ricardo. Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate. **XV Reunião Anual da ANPOCS**, 1991.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.
- REPA, L. **Jurgen Habermas e o Modelo Reconstutivo de Teoria Crítica**. In: NOBRE, M (org.). Curso livre de Teoria Crítica. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

THERBORN, G. Dialectics of modernity: on critical theory and the legacy of twentieth-century Marxism. **New Left Review**, 1996, p. 59-81.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). Introduction: the need for meta-theoretical reflection in organization theory. In.: \_\_\_\_\_. **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2011, 1-16.

WERLE, D. L. **Lutas por reconhecimento e justificação da normatividade**. (Rawls, Taylor e Habermas). Tese apresentada no Departamento de Filosofia da USP para a obtenção do título de Doutor. São Paulo, 2004